

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.398 - MG (2018/0207740-7)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**AGRAVANTE** : BRUNO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOREIRA  
**ADVOGADOS** : DANIEL IGOR MENDONÇA E OUTRO(S) - MG096346  
JORGE VIEIRA DA ROCHA - MG145316  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o agravante foi condenado à pena de 6 meses de detenção, em regime aberto, pelo crime do art. 188, II, do Código Penal Militar (deserção).

A defesa interpôs apelação, que foi desprovida em acórdão que ficou assim ementado (fl. 546):

*APELAÇÃO CRIMINAL - DESERÇÃO - ART. 188, II, DO CPM - CONFIGURAÇÃO - PROVIMENTO NEGADO.*

*- Configura o tipo penal previsto no inciso II do art. 188 do CPM a conduta do policial militar que deixa de se apresentar à autoridade competente dentro do prazo de 08 (oito) dias, contando-se da data em que cessou a sua licença saúde.*

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos sem efeitos infringentes (fls. 561/567).

Daí o recurso especial em que a defesa alega contrariedade aos artigos 188, II, do Código Penal Militar e 451, § 1º, e 439, alínea "b", do Código de Processo Penal Militar, sustentando que não houve configuração do delito de deserção, mas sim sete dias de falta.

Requer o reconhecimento de *error in judicando* ou *error in procedendo* do Tribunal de origem na contagem do prazo para a configuração do crime de deserção, com a absolvição do agravante.

A r. decisão agravada negou seguimento ao recurso especial pela incidência da Súmula n. 7 do STJ. Contraminuta às fls. 609/610. O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 624/629).

É o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

Decido.

Conheço do agravo em recurso especial, visto que atacado o fundamento da decisão agravada.

O recurso não merece provimento.

Com efeito, para se concluir de forma diversa do Tribunal de origem, no sentido de que o réu deveria ser absolvido, ante a inexistência de prova apta a justificar a condenação, necessário seria o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial.

A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, *in verbis*: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido são os seguintes precedentes:

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE TORTURA PRATICADO POR POLICIAL MILITAR. ART. 619 DO CPP. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CONDENAÇÃO. PROVAS COLHIDAS DURANTE O INQUÉRITO POLICIAL E JUDICIALMENTE. LEGALIDADE. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 7/STJ E 279/STF.**

1. De início, compulsando os autos, verifica-se que a matéria referente ao disposto nos arts. 155 e 156 do Código de Processo Penal foi suficientemente analisada pela Corte local. Ausência de violação ao art. 619 do CPP.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é firmada no sentido de que "é possível a utilização das provas colhidas durante a fase inquisitiva para lastrear o édito condenatório, desde que corroboradas por outros elementos de prova colhidos em juízo, hipótese dos autos, inexistindo a alegada violação do art. 155 do Código de Processo Penal" (AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.142.904/RS, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 26/2/2018).

3. O Tribunal de origem, analisando os elementos probatórios colhidos nos autos, sob o crivo do contraditório, concluiu pela comprovação da autoria e da materialidade do delito. Desse modo, a mudança da conclusão alcançada no acórdão impugnado exigiria o reexame das provas, o que é vedado nesta instância extraordinária, uma vez que o Tribunal a quo é soberano na análise do acervo fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ e Súmula n. 279/STF).

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1.244.506/GO, Rel. Ministro

# *Superior Tribunal de Justiça*

ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 04/02/2019)

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME MILITAR. DESACATO DE MILITAR DA RESERVA CONTRA SUPERIOR MILITAR EM EXERCÍCIO. ARTIGO 298, CAPUT, DO CPM. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA.*

*1. O Tribunal estadual manteve a competência da Justiça Militar por considerar irrelevante o fato de o recorrente ser reformado e não estar em atividade ao praticar o crime de desacato contra superior militar em atividade.*

*2. A jurisprudência desta Corte já assentou o entendimento no sentido de que é militar o crime praticado por civil ou militar contra militar no exercício de suas funções, ainda que de caráter subsidiário.*

*3. No caso, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu em harmonia com a jurisprudência desta Corte, o que afasta a existência de dissídio jurisprudencial.*

*ATIPICIDADE DA CONDUTA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7 DA SÚMULA DO STJ.*

*1. O Tribunal local, após aprofundada análise dos elementos colhidos no curso da instrução criminal, concluiu que restou provada a materialidade e a autoria que dão suporte à condenação do réu pelo crime de desacato a superior militar, e entender de modo diverso, no intuito de abrigar o pleito defensivo de absolvição do acusado demandaria o revolvimento no material fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias e vedada a este Sodalício em sede de recurso especial, ante o óbice do Enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.*

*2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1.687.681/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 31/08/2018).*

Ante o exposto, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator